

LEI MUNICIPAL Nº 06, DE 14 DE ABRIL DE 2009.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I, DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 20/2000, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 01/2001 E O ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 20/2000.

A Prefeita Municipal de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente nos termos da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do inciso I, do art. 1º, da Lei Municipal nº 20/2000 com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º da Lei Municipal nº 01/2001, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - ...

I – Acompanhar a aplicação dos recursos transferidos à conta do PNAE e receber o relatório anual de gestão do PNAE, emitindo parecer conclusivo a respeito para aprovar ou reprovar a execução do Programa.”

Art. 2º - Fica alterada a redação, do art. 2º, da Lei Municipal nº 20/2000, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 2º ...

I - um representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - dois representantes das Entidades de docentes, discentes e de trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica.”

§ 1º – Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado.

§ 2º – Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 3º – A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 4º – O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 5º – Caberá ao município de Itapagipe, informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.”

Art. 3º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itapagipe, 14 de abril de 2009.

BENICE NERY MAIA
Prefeita Municipal

MÁRIO LÚCIO QUEIROZ DA COSTA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ELIZABETH BARBOSA DE ASSIS
Secretária de Educação